

Cepal pede novo tratamento para dívida externa.

15-APR 1987

É preciso uma nova fórmula de negociação da dívida externa para os países da América Latina e neste sentido a evolução das condições de diálogo tem sido favorável nos últimos três anos. Este é o pensamento do secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas sediado em Santiago do Chile, Norberto Gonzalez.

Evitando uma postura muito otimista quanto à solução do problema da dívida externa, Gonzalez argumenta que atualmente os credores ainda não aceitam uma negociação internacional na qual sejam levados em conta não apenas os aspectos financeiros. "Há indícios favoráveis mas ainda não suficientes", diz. Ele sugere um intercâmbio maior de produtos básicos entre os países da América Latina e Caribe como uma maneira de recuperar o comércio e as exportações dos devedores.

Para Gonzalez a crise na América Latina teve início com o déficit da balança comercial, acentuado por volta de 1980, relacionado tanto com fatores internos quanto internacionais. Os índices das exportações provam seu argumento: queda de 5 por cento das exportações em 1985 e queda de 15 por cento em 1986. "As taxas internacionais estão cada vez maiores. Estamos pagando de 7 a 8 milhões de dólares em taxas", alerta Gonzalez lembrando que com estes índices será impossível uma recuperação visando ao pagamento da dívida.

O tratamento aconselhado pela Cepal na negociação da dívida externa passa pela redução das transferências de juros ao exte-

rior visando a importar o necessário e manter uma taxa de crescimento - e diminui o próprio capital da dívida ou recobrando-a em um valor nominalmente menor ou transformando-a em capital de risco, o que não significa uma proporção decisiva quanto ao montante total. Gonzalez citou ainda a alternativa da diminuição das taxas de juros com o objetivo de facilitar uma aproximação entre o nível das exportações e os preços das importações de produtos básicos.

O endurecimento por parte de países devedores como o Brasil, Argentina, Peru e Uruguai quanto à negociação de suas dívidas externas passam pelo contexto de afirmação dos respectivos processos democráticos, acredita o secretário-executivo da Cepal. "A médio prazo, a democratização poderá favorecer uma política de força com sustentação nacional, mas a curto prazo os inconformismos mostram-se mais fortes e aumentam as tensões sociais internas: assim as democracias poderão ser colocadas em risco", diz Gonzalez.

Sua passagem por Brasília tem o objetivo de acertar a próxima reunião da Cepal, a se realizar no segundo trimestre de 1988 no Brasil. O tema central desta reunião será como manejar o período de trânsito entre a crise atual e um pleno desenvolvimento. No próximo ano também será comemorado o 40º aniversário da comissão, com a realização de vários seminários divulgando os pontos de vista de seus membros sobre as principais questões da América Latina e Caribe.